



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número

PERGUNTA

Número 415 /x

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 280982
4 Classificação
08/10/14
Data
08/10/14

Expeça-se
Publique-se
2008/10/15
Q Secretária da Mesa

Assunto: Realização da prova de ingresso por docentes do ensino particular e cooperativo

Destinatário: Ministério da Educação

Por determinação de SESPARK, à
Sra. Secretária da Mesa

08.10.15

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

A realidade tem demonstrado que o PCP tinha razão quando afirmava, na última revisão do Estatuto da Carreira Docente, que a prova de ingresso na carreira introduzida pelo PS tinha como verdadeiro objectivos impedir ilegitimamente os professores de aceder à sua profissão e de participar nos concursos de colocação de docentes, criando mais um entrave à progressão na carreira e escondendo a dura realidade do desemprego docente em Portugal.

Com a publicação e aplicação do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, que define as condições de realização da referida prova, tornaram-se evidentes as injustiças e desigualdades que resultam dos objectivos prosseguidos pelo Governo.

A norma do artigo 20.º do referido Decreto Regulamentar n.º 3/2008 tem sido uma das mais questionadas e contestadas por serem pouco claros os seus objectivos e muito complexas as situações que pretende regular, gerando inúmeras injustiças. As questões que o PCP agora coloca ao Governo resultam de mais uma exposição enviada a este Grupo Parlamentar por professores que não obtiveram qualquer resposta por parte do Ministério da Educação às dúvidas suscitadas.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., ao Ministério da Educação, o seguinte:

1. Vai ou não o Governo ter em conta, para aferir da necessidade de realização da prova de ingresso, os anos de serviço prestados por professores no ensino particular e cooperativo?
2. Vai ou não o Governo ter em conta, para aferir da necessidade de realização da prova de ingresso, os anos de serviço prestados no ensino público por professores que actualmente leccionam no ensino particular e cooperativo?



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. Pretende ou não o Governo sujeitar os docentes do ensino particular e cooperativo à realização desta prova e, pretendendo, em que termo o fará?

Palácio de S. Bento, 14 de Outubro de 2008

Os Deputados,

João Oliveira

Miguel Tiago